



Exmo/a Senhor/a
Cajormic Construções, Lda
LOTEAMENTO MUNICIPAL ZIL - LOTE 39 DA
EXPANSÃO IV,

7500-062 VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ

NIF Entidade: 513623043

| Referência | Data de emissão | Processo | Serviço emissor |
|------------------------|-----------------|----------------------|---------------------|
| Ofício n.º 9187 / 2018 | 22/11/2018 | 2018/300.10.005/1281 | Contratação Pública |

Assunto: Notificação de adjudicação - Procedimento 2018/300.10.005/1281 - Aquisição de prestação de serviços de eletricidade nas iluminações decorativas de natal

Exmos. Srs.,

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que por Despacho do Sr. Vice-Presidente, datado de 21/11/2018, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição de prestação de serviços de eletricidade nas iluminações decorativas de natal, pelo valor de **€ 7.200,00 (sete mil e duzentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, deverá V. Exa. no prazo de 5 (cinco) dias úteis apresentar a Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na redação dada pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31.08, cujo modelo se anexa, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças
(No uso de competências delegadas e/ou subdelegadas)